

**UMA BRECHA DO  
TAMANHO DA FLORESTA  
AMAZÔNICA NO  
DISCURSO DE  
ZERO LÍQUIDO**



**COMO COMPROMISSOS EM ZERAR AS EMISSÕES LÍQUIDAS PODEM LEVAR  
A FALSAS SOLUÇÕES PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS E DO CLIMA**



**AMAZON WATCH**

**Negociar a proteção das florestas em troca de emissões contínuas de gases de efeito estufa (GEE) apresenta uma falsa e perigosa “solução” para a crise climática. Ao contrário, as emissões devem ser reduzidas drasticamente, as florestas devem ser protegidas por seus benefícios intrínsecos, os cuidados da floresta pelos povos indígenas devem ser reconhecidos e respeitados e as causas fundamentais do desmatamento – a extração e produção de commodities nas florestas – devem ser interrompidas.**

Após o Acordo de Paris de 2015, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – a instituição científica das Nações Unidas que fornece dados científicos atualizados sobre o clima – divulgou um relatório sobre como frear o aquecimento global. Suas descobertas mostraram que, para manter o aumento das temperaturas abaixo de 2 °C, com uma meta de 1,5 °C, as emissões de GEE devem ser reduzidas pela metade até 2030 e atingir o “zero líquido” até 2050. O “líquido” em “zero líquido” indica que as reduções ou supressões de emissões devem equilibrar a geração de emissões para que se cumpra a meta de 1,5 °C.

Relatórios subsequentes do IPCC e pesquisas científicas<sup>1</sup> que corroboram esses dados mostram patentemente que, para que se mantenha o aumento da temperatura média global abaixo de 1,5 °C – e, assim, que haja a chance de evitar os piores impactos das mudanças climáticas – são necessários cortes profundos e imediatos na queima de combustíveis fósseis, a eliminação completa da queima de combustíveis fósseis antes de 2050 e reduções drásticas de emissões de indústrias como o agronegócio, cujos modelos atuais dependem do desmatamento.

Na prática, entretanto, muitas empresas e instituições financeiras, e até mesmo alguns governos, tentam passar a impressão de que vêm reduzindo as emissões, mas sem restringi-las de fato. Na realidade, sua intenção é eternizar as mesmas práticas de sempre enquanto as “remediam” com medidas como as compensações florestais.

Depois de 25 anos trabalhando ao lado de comunidades indígenas na Amazônia, a Amazon Watch sabe que esquemas do tipo “pague para poluir” como esse são falsas soluções para a crise climática, não enfrentam as causas primárias da perda de florestas e expõe as comunidades indígenas a graves danos. Isso ocorre porque:

- **As compensações dependentes da natureza não “compensam” a geração de emissões em grande escala.** As florestas (assim como outros ecossistemas) são drenos de carbono temporários que, como parte de seus ciclos naturais, podem relançar carbono na atmosfera ao longo de décadas ou mesmo dias, como no caso de incêndios. Os reservatórios de combustível fóssil, no entanto, são grandes drenos de carbono de longa duração, se forem deixados intocados.<sup>2</sup> Embora as florestas existentes certamente precisem de proteção e recuperação, as compensações tratam as florestas incorretamente, como uma fonte perpétua de armazenamento de carbono, enquanto ignoram o consenso científico a respeito dos ciclos de vida da floresta tropical. Em suma, as compensações de carbono florestal permitem certos danos permanentes – a emissão de mais GEEs de fontes industriais – em “troca” de um esperado, porém incerto e temporário, sequestro de carbono, sem garantia de que os benefícios desse sequestro e armazenamento sejam reais, cumulativos, quantificáveis, permanentes, verificáveis ou passíveis de fiscalização.
- **As compensações perpetuam a injustiça ambiental.** As indústrias emissoras de GEE estão desproporcionalmente localizadas em comunidades pobres e comunidades de pessoas negras e indígenas. Permitir que as empresas “compensem” a poluição contínua em vez de realizar reduções reais de emissões na fonte obriga tais comunidades a continuarem suportando essas emissões tóxicas.

- **As compensações florestais podem resultar em violações dos direitos de povos indígenas e tradicionais.** Satisfazer o desejo das empresas de “compensar” as emissões habituais exigiria acesso a grandes extensões de terra e floresta, muitas das quais são habitadas por povos indígenas e comunidades locais. No entanto, a maioria dos governos não reconhece suficientemente os direitos dos povos indígenas a seus territórios,<sup>3</sup> permitindo que alguns esquemas de compensação florestal neguem às comunidades o acesso a suas terras ancestrais.
- **A principal causa da perda de floresta tropical é a produção de commodities em grande escala.** Pesquisadores estimam que a indústria pecuária é responsável por 80% do desmatamento na Amazônia.<sup>4</sup> A Indústria do agronegócio é responsável por cerca de três quartos do desmatamento global.<sup>5</sup> O garimpo, a soja, a extração de combustível fóssil e grandes projetos de infraestrutura também contribuem para o desmatamento da Amazônia,<sup>6</sup> mas a necessidade urgente de se conter esses fatores destrutivos está sendo amplamente negligenciada em favor de esquemas de compensação.

**Os seguintes estudos de caso da Amazônia equatoriana, peruana, colombiana e brasileira ilustram como as falsas soluções climáticas exacerbaram em vez de mitigar os impactos climáticos, ao mesmo tempo que deram impulso a violações de direitos das comunidades indígenas nessas regiões.**

### **Apropriação de terras indígenas no Equador**

A experiência recente do povo Sapara no Equador revela como programas como REDD+ podem ter incentivos perversos que resultam em grilagem de terras, violência e violações de direitos. Os Sapara perfazem cerca de 700 indivíduos que possuem direitos coletivos a mais de 364.000 hectares de floresta tropical sem estradas em uma região remota da Amazônia equatoriana. Em 2001, eles foram reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade por sua língua única e vulnerabilidade cultural. Os Sapara têm o mérito de protegerem suas florestas e sua cultura da exploração petrolífera e da extração ilegal de madeira por décadas.

Entretanto, em maio de 2021, uma pequena comunidade não Sapara interessada em se beneficiar do financiamento que a Federação Sapara (NASE) recebe do programa equatoriano Socio Bosque do (parceiro florestal) entrou com uma ação junto à Subsecretaria de Terras Rurais e Territórios Ancestrais do país reivindicando 250.000 hectares de território Sapara oficialmente reconhecido.<sup>7</sup> O órgão acatou a ação, em violação a múltiplas disposições constitucionais que estipulam que os territórios indígenas são imprescritíveis, inalienáveis, impenhoráveis e indivisíveis, além de as comunidades terem o direito à consulta e consentimento livres, prévios e informados. Nesse processo, o governo equatoriano nunca consultou os legítimos representantes Sapara, nem as comunidades de base, com efeito usurpando a representação legalmente reconhecida da nacionalidade Sapara.<sup>8</sup> Em comunicado, a NASE alegou: “Estamos vivenciando as consequências de interferências externas que tentam capitalizar a proteção e a preservação da natureza, gerando graves conflitos internos”.<sup>9</sup>

Programas governamentais que oferecem pagamentos para conservação florestal – como o REDD+ e o Socio Bosque – ignoram a maior ameaça à floresta: os projetos extrativos patrocinados pelo governo. Muitas áreas cobertas por esses programas de “conservação” também estão incluídas em áreas de concessão de petróleo e mineração. O governo também usou esses programas para deixar as comunidades nas mãos da indústria, seja retendo recursos, seja criando divisões e conflitos para serem explorados pelas empresas. Nada disso é benéfico às florestas e, na verdade, faz o oposto, pois ameaça os defensores das terras indígenas, cujo histórico é de êxito na conservação das florestas.<sup>10</sup>

### Conflitos entre Comunidades Indígenas e projetos REDD+ no Peru

O Governo Territorial Autônomo da Nação Wampís denunciou a intenção do Governo peruano de converter o coração ecossistêmico e espiritual de seu território ancestral amazônico em uma Área de Conservação estatal. Os Wampís afirmam que não há necessidade de um programa estatal em seu território, pois seu governo autônomo já restringiu o acesso de agentes externos a uma área conhecida como Serra Kampamkias, considerada uma TICCA – área conservada por povos indígenas comunidades locais pelo Consórcio TICCA – e está registrada no banco de dados mundial de áreas protegidas.<sup>11</sup>

De fato, os Wampís temem que a tentativa do governo de categorizar uma parte tão importante de seu território esteja sendo feita com o objetivo de obter financiamento REDD+ para uma floresta que eles sempre preservaram. As preocupações dos Wampís se baseiam em uma série de casos de apropriação de terras realizadas pelo próprio governo peruano. O caso mais conhecido é o conflito entre o povo Kichwa e o governo em relação à criação do Parque Nacional Cordillera Azul.<sup>12</sup> O Parque foi criado em 2001 sem o consentimento das comunidades do povo Kichwa e de outros povos indígenas, cujos territórios se sobrepõem. Entre 2008 e 2019, o parque vendeu 25 milhões de toneladas de créditos de carbono para empresas de aviação e petróleo, enquanto o povo Kichwa afirma não ter recebido nenhum benefício dessas vendas, nem mesmo consentido com essas transações.<sup>13</sup>

### Sobrecontagem dos créditos de carbono florestal na Colômbia

O projeto de redução de carbono REDD+ na reserva indígena Matavén,<sup>14</sup> na Amazônia colombiana, é o maior do gênero no país. No entanto, uma apuração recente constatou que muitos dos créditos de carbono vendidos no mercado internacional não correspondem à quantidade real de emissões evitadas ao proteger essa área do desmatamento.<sup>15</sup> Os pesquisadores afirmam que os intermediários do projeto na verdade superestimaram o aumento do desmatamento que teria ocorrido caso esse projeto de compensação nunca tivesse sido implementado – embora o projeto empregasse o Verified Carbon Standard (VCS), um padrão amplamente utilizado e respeitado. As próprias estatísticas do governo colombiano revelam um sério problema: de acordo com o pedido de financiamento do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia ao Fundo Verde para o Clima, a preservação de Matavén deve resultar em cinco vezes menos créditos do que relata o projeto VCS.

### Promessa de projeto REDD+ no Brasil não se materializa e gera divisões em comunidades

O Projeto de Carbono Florestal Suruí foi o primeiro projeto REDD+ proposto em terras indígenas no Brasil, implementado a partir de 2009 no Território Indígena Sete de Setembro, localizado entre os estados de Rondônia e Mato Grosso.<sup>16</sup> Embora indicadores econômicos, ambientais e sociais tenham evidenciado alguma preservação e desenvolvimento das terras no escopo do projeto,<sup>17</sup> que ficou conhecido pela venda de créditos de carbono para grandes empresas como a Natura,<sup>18</sup> a suspensão do projeto em 2018 revela os limites e dificuldades de governança dessas iniciativas.

De acordo com os idealizadores do projeto, a suspensão se deu por conta de sucessivas incursões de garimpeiros e madeireiros ilegais no entorno da Terra Indígena, impossibilitando a continuidade da iniciativa.<sup>19</sup> Entretanto, desde pelo menos 2015 diversos líderes Suruí denunciaram a iniciativa ao poder público,<sup>20</sup> citando problemas como entraves burocráticos e financeiros, falta de transparência na gestão de pagamentos, a expectativa por promessas de melhorias nas condições de vida dos Suruí (que, no fundo, não se materializaram), além do controle externo das atividades agrícolas de subsistência dos indígenas dentro das áreas do projeto terem gerado profundas divisões entre os Suruí. O projeto causou conflitos entre os que apoiavam o projeto e os que se opunham ao modelo – tensão que se mantém mesmo depois de a iniciativa ser suspensa.<sup>21</sup>

Como disse o chefe geral do povo Suruí, Henrique Labaday, em entrevista sobre a iniciativa em 2014: “Projeto de carbono pra nossa terra é pra tirar a vida do povo Suruí. Vai tirar a sua vida de felicidade, de direito de viver em cima da sua terra (...) Queremos que o projeto seja encerrado”.<sup>22</sup>

### O caminho a seguir significa colocar zero emissões no centro do “zero líquido”

Então, o que deve ser feito para mitigar a crise climática, proteger as florestas e dar apoio aos povos indígenas?

Empresas, instituições financeiras e governos devem criar planos climáticos simples e transparentes, com metas separadas para:

- Reduções rápidas nas emissões produzidas pela queima de combustíveis fósseis e por outras atividades industriais;
- Suspensão imediata da produção de commodities que fomentam o desmatamento; e
- Maior comprometimento e contribuição para a proteção e restauração da natureza pautada em direitos.

**A incapacidade desses agentes em reduzirem as emissões de maneira rigorosa e eficaz – e sem dependerem de esquemas de compensação e “pagamentos para poluir”, altamente duvidosos e prejudiciais à sociedade e ao meio ambiente – também resultará na impossibilidade de cumprirem as metas essenciais do Acordo de Paris de zerar as emissões líquidas, lançando-nos no caminho do caos climático sem controle.**



© Bruno Kelly /Amazônia Real

1 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Aquecimento global de 1,5 °C, Organização das Nações Unidas (ONU), 2019, [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15\\_Full\\_Report\\_Low\\_Res.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_Low_Res.pdf).

2 Yang, Judy Q. et al. "Imagens 4D revelam mecanismos de proteção e liberação de argila-carbono." Nature Communications. Vol. 12, No. 622. 2021 em 2 e Figura 1 em 3; Programa de Pesquisa de Mudanças Globais dos EUA (USGCRP). USGCRP, Relatório sobre o Segundo Estado do Ciclo de Carbono, novembro de 2018, <https://carbon2018.globalchange.gov/>.

3 Iniciativa sobre Direitos e Recursos e McGill University, Status do Reconhecimento Legal dos Direitos dos Povos Indígenas, Comunidades Locais e Afrodescendentes ao Carbono Armazenado em Terras e Florestas Tropicais, 02/06/2021, <https://rightsandresources.org/publication/carbon-rights-brief/>.

4 Mongabay. "Novo relatório analisa as causas do aumento do desmatamento na Amazônia país a país", 23/05/2019, <https://news.mongabay.com/2019/05/new-report-examines-drivers-of-rising-amazon-deforestation-on-country-by-country-basis/>.

5 Geist, H. J., & Lambin, E. F. "Causas imediatas e forças subjacentes ao desmatamento tropical", BioScience, Vol. 52, Iss. 2, fev. 2002, pp. 143-150, [https://doi.org/10.1641/0006-3568\(2002\)052\[0143:PCAUD-F\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1641/0006-3568(2002)052[0143:PCAUD-F]2.0.CO;2).

6 Inter-American Dialogue, Aproximando-se do ponto de inflexão: Causas do desmatamento na região amazônica, 15/05/2019, <https://www.thedialogue.org/analysis/nearing-the-tipping-point-drivers-of-deforestation-in-the-amazon-region/>

7 El Comercio, "Saparas exigem que o Governo reverta a concessão de terras", 25/05/2012, <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/saparas-gobierno-adjudicacion-tierras-amazonia.html>.

8 Corape Satelital, "A nacionalidade Sapara denunciou a violação de direitos territoriais com a entrega de suas terras a uma organização ilegítima", 25/05/2021, <https://www.corape.org.ec/satelital/noticia/item/nacionalla-nacionalidadsaparadenuncio-vulneracion-asus-derechos-territoriales-con-la-entrega-de-sus-tier-ras-a-una-organizacion-ilegitima>

9 Comunicado de la Nación Sapara del Ecuador (NASE) ante a situación actual de vulneración a nuestros derechos y territorio, May 22, 2021, <https://www.facebook.com/175419433208124/posts/956558275094232/?d=n>

10 Gabriel Popkin, National Geographic, "Os jardins florestais mostram como o manejo da terra nativa pode superar a natureza," 23 April 2021, <https://www.nationalgeographic.com/environment/article/forest-gardens-show-how-native-land-stewardship-can-outdo-nature>.

11 Protected Planet, <https://www.protectedplanet.net/en>.

12 Programa dos Povos da Floresta, Comunidade Indígena Kichwa leva o Estado e Parque Nacional peruanos à Justiça", 01/07/2021, <https://www.forestpeoples.org/en/press-release/kichwa-take-Peru-state-PNAZ-court>.

13 Chris Lang, REDD Monitor, "Comunidade indígena Kichwa leva o estado peruano e o Parque Nacional da Cordilheira Azul à justiça", 02/07/2021, <https://redd-monitor.org/2021/07/02/indigenous-kichwa-community-takes-the-peruvian-state-and-cordillera-azul-national-park-to-court/>.

14 Resguardo Indígena Unificado de la Selva de Matavén, <https://www.selvamatavenredd.org/es/proyecto/resguardo-indigena-unificado>.

15 Carbon Market Watch, "Dois tons de verde: Como créditos florestais de ar quente estão sendo usados para burlar impostos sobre o carbono na Colômbia", 29/06/2021, <https://carbonmarketwatch.org/2021/06/30/colombian-fossil-fuel-companies-abuse-forestry-offsets-to-avoid-taxes-report/>.

16 Governo do Estado de Rondônia, Localização Terra Indígena Sete de Setembro, <https://www.sedam.ro.gov.br/projeto-de-carbono-florestal-surui/>.

17 Danstin Nascimento Lima, "Crédito de carbono gerado em terras indígenas: uma análise a luz da sustentabilidade," 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Rondônia, 2018, <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2534>.

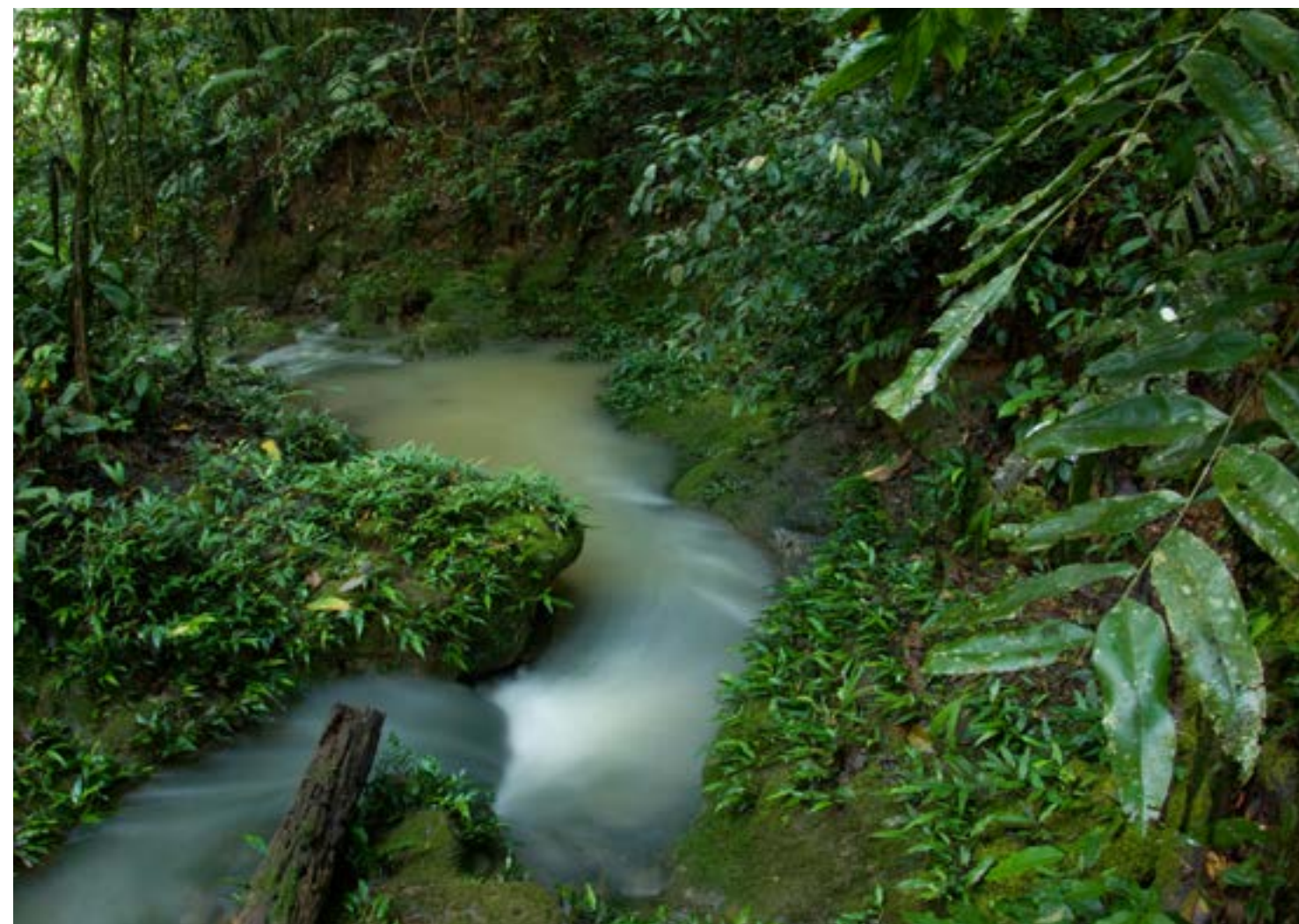
18 Emanuel Alencar, O((e))co, "Quinze anos depois, programas REDD+ sofrem esvaziamento e buscam recomeço," 15/11/2020, <https://www.oeco.org.br/reportagens/quinze-anos-depois-programas-reed-sofrem-esvaziamento-e-buscam-recomeco>.

19 Ideasam, "Mineração ilegal força suspensão do primeiro projeto de REDD+ indígena do mundo," 12/09/2018, <https://ideasam.org/noticia/mineracao-ilegal-forca-suspensao-do-primeiro-projeto-de-redd-indigena-do-mundo/#>.

20 Conselho Indigenista Missionário, "Os Suruí e o projeto carbono: para que o mundo saiba," 24/02/2015, <https://cimi.org.br/2015/02/36980/>.

21 Conselho Indigenista Missionário, "Lideranças Paiter Suruí pedem extinção de projeto de carbono com a Natura," 01/12/2015, <https://cimi.org.br/2015/01/36894/>.

22 Conselho Indigenista Missionário, "Pra quê projetos que destroem a vida?", questiona Henrique Suruí," 09/12/2014, <https://cimi.org.br/2014/12/36798/>.





**AMAZON WATCH**

**ESCRITÓRIO PRINCIPAL**  
520 3rd Street, Suite 108  
Oakland, CA 94607  
T: +1.510.281.9020  
F: +1.510.281.9021

**WASHINGTON, DC**  
1101 15th St NW, 11th Floor,  
Washington, DC 20005  
+1.202.423.4828

**Protegendo a floresta e nosso clima em  
solidariedade aos povos indígenas**  
[amazonwatch.org](http://amazonwatch.org)

capa: ©Amazon Watch and Leonardo Milano  
contracapa: © Bruno Kelly / Amazonia Real

